



Organização Regional de Vila Real

Conferência de Imprensa, 22 de Março de 2016

A Direcção da Organização Regional de Vila do PCP, reunida na passada semana, apreciou aspectos da situação política, decorrentes da aprovação do Orçamento de Estado e o programa das Jornadas Parlamentares, que irão decorrer em Trás-os-Montes, nos dias 11 e 12 de Abril.

Sobre o Orçamento, salientamos o sinal de mudança que este comporta e o contributo que assumio e assume para que tal seja possível.

Sendo um Orçamento da iniciativa do Governo PS, não seleccionamos o que nos agrada ignorando o resto nem fazemos a sua apreciação apenas pelo que é, menosprezando tudo o que evita, trava ou recusa.

Valorizamos este Orçamento e cada uma das suas medidas positivas pela resposta que dão a problemas e necessidades imediatas dos trabalhadores e do povo.

Destacamos o significado e importância de cada uma dessas medidas porque cada uma delas confirma que vale a pena lutar, que há outro caminho, que é possível outra política, que não estamos condenados ao retrocesso e ao falso destino das inevitabilidades.

Identificamos as insuficiências e as limitações que o Orçamento comporta, as opções que o condicionam e as medidas de que discordamos, apontando soluções para a sua superação a partir de opções que defendam a soberania nacional, garantam a justiça social e assegurem o desenvolvimento do País.

Mas não permitiremos que se apague a memória da acção do anterior Governo PSD/CDS, da sua política de exploração e empobrecimento, da pobreza e miséria que semearam, do desespero que deixaram em legado às novas gerações porque esquecer tudo isso seria reabilitar as forças responsáveis por essa política de desastre nacional para uma nova vaga de destruição de direitos e condições de vida do povo português.

Diminuir a importância de cada uma das medidas positivas deste Orçamento é diminuir o esforço de todos os portugueses que lutaram para que elas fossem possíveis.

Pela primeira vez, foi aprovada na Assembleia da República uma lei que dá concretização à gratuidade dos manuais escolares, comprovando que tínhamos razão em insistir nessa proposta pela sua justeza e necessidade.

É garantido um apoio extraordinário aos desempregados que ficam sem protecção no desemprego por perda do subsídio social de desemprego com um novo período de concessão.

É reduzida a taxa máxima do IMI para 0,45% com efeito nas decisões que serão tomadas já em 2016.

Fica parcialmente impedido o aumento do valor das propinas, é apontado o descongelamento do IAS em 2017, serão revistos os descontos para a Segurança Social dos trabalhadores a recibos verdes, são aumentadas ou majoradas as prestações sociais, são reduzidos os custos com a energia, é assegurada a isenção do Imposto Sobre Veículos aos bombeiros na aquisição de veículos de protecção e de socorro.

A estas melhorias introduzidas na discussão do Orçamento juntam-se outras que constavam já da proposta inicial.

Não ignoramos que a resposta fica ainda assim aquém daquilo que seria necessário e possível perante os problemas que atingem os trabalhadores, o povo e o País.

Procurando o Governo dar cumprimento às regras, imposições e condicionamentos externos, sejam eles o da submissão ao Euro, ao pacto de estabilidade, ao Tratado Orçamental ou a uma dívida insustentável, o Orçamento não deixa de traduzir limitações e insuficiências na inversão consistente e coerente da política de exploração e empobrecimento.

O adiamento da reposição integral de direitos e condições laborais dos trabalhadores da Administração Pública e do SEE, a recusa do aumento real do valor das pensões, a inexistência de resposta estrutural ao problema da dívida, os baixos níveis de investimento público, as opções de agravamento de impostos indirectos que recaem de forma mais generalizada sobre os portugueses, nomeadamente o aumento do imposto sobre os combustíveis, a insuficiente tributação do grande capital e do património mobiliário, são expressões dos limites e insuficiências deste orçamento e opções nele assumidas.

Por isso nos batemos por um conjunto de propostas que continuarão a revelar-se necessárias na valorização do trabalho e dos trabalhadores, no aumento do valor das reformas e pensões, no apoio à produção nacional e aos sectores produtivos, na diminuição da carga fiscal das MPME, no aumento do investimento público, numa tributação mais justa do grande capital.

O debate deste Orçamento confirmou ainda que PSD e CDS estão apostados em fazer esquecer rapidamente não só a acção destruidora do seu Governo mas também os planos que tinham para a sua perpetuação.

Fazem-no de forma diferente mas ambos com o mesmo objectivo: fugir às responsabilidades que têm pela situação a que conduziram o País.

Da parte do PCP não permitiremos que se esqueça o que foi a sua política de desastre e abdicação nacional, de agravamento da exploração, de empobrecimento generalizado, de destruição de direitos e condições de vida dos trabalhadores e do povo português, de fomento da emigração.

O Orçamento aprovado dá um sinal de que é possível uma outra política mas que é preciso ainda lutar muito por ela.

Nada do que foi já reposto está definitivamente garantido.

Votamos este Orçamento do Estado de olhos postos no futuro, nas muitas batalhas que temos para travar e nos problemas que há para resolver.

Nos próximos meses o PCP trará à discussão dos portugueses os problemas da renegociação da dívida, do controlo público da banca (onde se deve incluir desde já a manutenção do Novo Banco enquanto banco público), da preparação do País para a libertação da submissão ao Euro.

No Distrito estamos a preparar as nossas Jornadas Parlamentares, que se realizarão, nos dias 11 e 12 de Abril.

Estamos também a desenvolver uma campanha junto dos trabalhadores, em torno da precariedade, dos baixos salários e dos direitos e uma outra junto dos Reformados, por Pensões dignas, acesso á saúde e por mais qualidade de vida!

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP – DORVIR

Vila Real, 22 de Março/16